

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 840-24**

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo), no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal;
- Lei Orgânica do Município;
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
- Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado;
- Lei Municipal nº 7.233, de 19/12/1968, que referenda convênio celebrado entre a Prefeitura, o Ministério da Saúde, o Governo do Estado e a Universidade de São Paulo;
- Lei Municipal nº 8.743, de 23/06/1978, que autoriza celebração de convênio com o Instituto Brasileiro de Controle do Câncer, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 9.441, de 06/04/1982, que da nova redação ao artigo 2º da Lei nº 8.936, de 5 de julho de 1979, e da outras providencias;
- Lei Municipal nº 9.335, de 13/10/1981, que autoriza o Executivo a celebrar convenio com o Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho, e da outras providencias.;
- Lei Municipal nº 10.745, de 11/09/1989, que dispõe sobre a prevenção do câncer cervico-uterino as servidoras publicas municipais, e da outras providencias;.

**PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 10.947, de 22 de janeiro de 1991, que impõe a exigência de instalação de ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro nas edificações destinadas a abrigar "shopping-centers", e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 11.815, de 26 de junho de 1995, que dispõe sobre a permanência de ambulância equipada, nos grandes Parques Municipais, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 12.816, de 07/04/1999, que dispõe sobre a prevenção do câncer de próstata aos servidores municipais do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos de idade, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.282, de 08/01/2002, que institui a "Semana de Prevenção e Diagnóstico do Câncer de Boca", nos Postos de Saúde do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Portaria Federal do Ministério da Saúde nº 1863, de 29 de setembro de 2003, que institui a Política Nacional de Atenção às Urgências;
- Lei Municipal nº 13.611, de 26 de junho de 2003, que dispõe sobre a implantação do 'Programa Agentes Comunitários de Saúde' no Município de São Paulo;
- Portaria Federal do Ministério da Saúde nº 1864, de 29 de setembro de 2003, que institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências;
- Lei Municipal nº 14.074, de 21/10/2005, que institui no âmbito de cada Unidade Básica de Saúde (UBS) o atendimento especializado na prevenção de câncer, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.945, de 07 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de aparelho desfibrilador externo automático em locais que tenham concentração/circulação média diária de 1500 ou mais pessoas;
- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.447, de 26 de setembro de 2011, que dispõe sobre o 'Programa Hospital Domiciliar de Atendimento e Internação Domiciliar' no Município de São Paulo, e dá outras providências;

**PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 15.886, de 04/11/2013, que estabelece diretrizes para o Programa Pedagógico Hospitalar destinado às Crianças e Adolescentes Hospitalizados, no âmbito do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 15.888, de 04/11/2013, que dispõe sobre a instituição do Programa de Prevenção e Tratamento do Câncer de Pênis (tumor peniano) e do HPV Masculino.
- Lei Municipal nº 16.215, de 17/06/2015, que institui a Política de Prevenção e Combate ao Câncer de Ovário no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.589/21, que dispõe sobre a oferta do serviço e sobre o atendimento de pessoas com deficiência na rede pública municipal de saúde;
- Lei Municipal nº 17.570, de 08/06/2021, que dispõe sobre o Programa de Prevenção à Seps e adoção de protocolo de diagnóstico e tratamento por hospitais, clínicas e unidades de saúde, públicos e privados, que prestem serviços de saúde no âmbito do
- Lei Municipal nº 17.828, de 08/07/2022, que altera a Lei nº 17.585, de 2021, que institui a campanha Check-up Geral das Mulheres, para alerta e prevenção de doenças, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 17 de dezembro de 2024.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068